

-----**ACTA N.º 26/2010**-----

-----Aos 24 dias do mês de Novembro de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:---

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----A reunião foi secretariada por José Alexandre Cardoso do Nascimento, Técnico Superior e coadjuvada pelo Coordenador Técnico, Maria de Fátima Plácido de Almeida Neves.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----Pelo Senhor Vice-Presidente foi dado conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara se encontra de férias, não podendo comparecer a esta reunião.-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/11/2010**-----

-----Foi presente a acta n.º 25, da reunião ordinária do Executivo de 12/11/2010, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção, do Senhor**

Vereador Victor Martins Santos, por não ter estado presente na referida reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dar as boas vindas ao Senhor Vereador Victor Martins Santos, pela sua retoma de funções. -----

-----De seguida, deu conhecimento de que não tendo sido recepcionado, nesta edilidade, até 19/11/2010, qualquer requerimento a solicitar a retoma de funções da Senhora Maria José Costa, o pedido de suspensão, por ter ultrapassado o período de tempo legalmente permitido, constitui-se em renúncia de mandato, ficando o Executivo Camarário constituído pelos actuais Vereadores. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** ditou para a acta o seguinte: -----

-----“Relativamente ao assunto da renúncia ao mandato da Senhora Vereadora Maria José Costa, queria deixar em nome do Movimento MAJUSP, o nosso mais veemente protesto pelo resultado (em termos de legalidade) que tal renúncia implica. -----

-----Com efeito, na nossa opinião, a partir deste momento, o Partido Socialista, que está em maioria nesta Câmara, entrou na ilegalidade. -----

-----Efectivamente, a Lei da Paridade criada pelo Partido Socialista na Assembleia da República, foi feita para evitar situações como a que acabou de ocorrer no seio deste Executivo. -----

-----Assim sendo, o MAJUSP tudo irá fazer para que a legalidade seja reposta.” -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou os seguintes esclarecimentos: -----

-----1) Data de assinatura do Protocolo com o INATEL;-----

-----2) Data de recebimento de 250.000,00€ do INATEL relativo ao equipamento de cozinha (aspecto omissso na acta n.º 20 de 22/09/2010 pelo Senhor Vereador António Silva); -----

-----3) Qual o período, âmbito, custos e empreiteiros envolvidos nas intervenções do ar condicionado e da piscina, referidas pelo Senhor Vice-Presidente nas actas n.º 20 e 22 (email 29/09/2010);-----

-----4) Tendo sido acordado a necessidade das intervenções há mais de um ano, porque ainda não foram feitas? Qual o valor estimado para as reparações acordadas? -----

-----5) Face ao teor da carta do Senhor Presidente do INATEL, datada de 18/11/2010, quais são as acções previstas pelo Executivo?-----

-----6) De que forma vai o Executivo exigir o bom funcionamento da Pousada e como tenciona impedir que seja colocado em segundo plano, face à Pousada de Vila Ruiva, tal como anunciado pelo Senhor Vereador António Silva na acta n.º 22 de 13/10/2010? -----

-----7) Finalmente solicitava ao Senhor Presidente os comentários que tem a fazer relativamente às seguintes afirmações do Senhor Presidente do INATEL: -----

-----1 – Ausência de resposta da Câmara Municipal – email de 13/09/2010;-----

-----2 – Incumprimento reiterado dos acordos – carta.”-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** relativamente a este assunto, referiu que o mesmo vem sido debatido nas últimas reuniões de Câmara, onde todos os Vereadores foram informados desta situação, sendo que, o que deveria ter acontecido, era que a Senhora Vereadora Isabel Flor de Sousa comunicasse ao Senhor Vereador, tudo o que foi discutido nas

reuniões de Câmara, ficando o Senhor Vereador elucidado sobre este assunto. Se não o fez é um problema que não diz respeito a este executivo, mas sim, aos Vereadores da Oposição.-----

-----De seguida, e em resposta às questões colocadas pelo Senhor Vereador começou por solicitar aos serviços, que facultassem uma cópia do Protocolo ao Senhor Vereador, podendo desta forma analisar o mesmo.

-----Quanto à intervenção do ar condicionado, referiu uma vez mais, que o mesmo já se encontrava a funcionar desde o mês de Agosto (altura do evento do Parapente) e que actualmente, se encontram a finalizar uma pequena intervenção. No que respeita à piscina, disse que a mesma funcionou durante o período do Verão, inclusive para os parapentistas e hóspedes. Referiu que a haver alguma intervenção, necessitava duma intervenção numa área de 1m², sensivelmente, no chão da mesma e que será feita em Maio. -----

-----Disse que apesar de ter sido acordado a necessidade das intervenções há mais de um ano, houve necessidade de se obter um parecer do IGESPAR. Além disso, houve a necessidade de se obterem vários orçamentos para a referida intervenção. Ainda e relativamente ao IGESPAR, o mesmo apontou a proximidade duma Janela Manuelina, pelo que, os materiais a utilizar deveriam obedecer aos critérios impostos por aquela entidade, tendo em conta que se trata duma Aldeia Histórica. Presentemente, a autarquia tem um orçamento de aproximadamente 30.000€ para substituir as caixilharias na sua totalidade.-----

-----Referiu que o executivo tem trabalhado no sentido da Unidade Hoteleira reabrir com todas as condições. O ar condicionado está praticamente concluído. As piscinas, como referido anteriormente, não são um problema que interfira com o bom funcionamento da unidade. Quanto à substituição das caixilharias, o orçamento está nas mãos do executivo prevendo-se que as mesmas sejam substituídas durante o mês de Dezembro. -----

-----Salientou ainda, que o ofício do Senhor Presidente do INATEL tem data de 18/11/2010, sendo que, o Município enviou um ofício ao INATEL no dia 17/11/2010, dando conta da situação relativamente à substituição das caixilharias, mais concretamente, orçamento e prazo de conclusão da intervenção. Disse acreditar que a reunião do Conselho de Administração se tenha realizado nos dias anteriores e desta forma, aquele não teve conhecimento do ofício enviado pelo Executivo. -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que até ao final do ano as obras de intervenção na Pousada estarão executadas. Disse que todos estes problemas são consequência do acompanhamento deficiente das obras públicas.-----

-----De seguida, deu conhecimento de um aviso da Associação de Desenvolvimento Turístico “Aldeias Históricas de Portugal” para a contratação de um Coordenador, para a Estrutura de Coordenação e Gestão do PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos), que tem como função promover a implementação da Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE e respectivo Programa de Acção, dinamizando parcerias, o trabalho em rede e sinergias territoriais, com o objectivo de promover o aumento da competitividade deste território de baixa densidade. Tem também como objectivo promover a consolidação da marca “Aldeias Históricas de Portugal” e de um dos seus recursos mais diferenciadores: o Judaísmo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que a Câmara Municipal ao não dar cumprimento aos compromissos assumidos com o INATEL descredibiliza o executivo.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** deu os parabéns ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, pela organização do evento do Parapente que decorreu em Linhares da Beira.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: PARQUE EÓLICO A INSTALAR NAS FREGUESIAS DE PRADOS E RAPA, CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA E FREGUESIAS DE VIDEMONTE, VILA SOEIRO E MIZARELA DO CONCELHO DA GUARDA**-----

-----Foi presente informação técnica, da Secção de Obras Municipais, datada de 12/11/2010, com o seguinte teor:-----

-----“Relativamente ao requerimento com registo de entrada n.º 13012 de 12 de Novembro de 2010, proponho que o Executivo delibere sobre o interesse municipal do investimento mencionado em epígrafe, na área do Concelho, tendo em conta:-----

-----1 – Nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-lei n.º 312/2001, de 10 de Dezembro, o pedido de atribuição do ponto de recepção de energia eléctrica efectuado pelo promotor à DGE, pode ser indeferido com base em incompatibilidade com outros projectos de natureza nacional ou municipal, decorrentes de instrumentos de planeamento, a que a lei atribua prevalência (que é o caso do PDM); isto é, tem de ser analisada a área objecto da intervenção supramencionada, para verificar se há qualquer incompatibilidade com as disposições previstas no PDM, RAN, REN, PNSE...; -----

-----2 – Atento o artigo 3º do Decreto-lei n.º 339-C/2001, de 29 de Dezembro, “(...) é devida aos municípios, pelas empresas detentoras das licenças de exploração de parques eólicos, uma renda de 2,5% sobre o pagamento mensal feito pela entidade receptora da energia eléctrica produzida, em cada instalação (...)”. -----

-----Atentos os considerandos anteriores, deverá o executivo analisar e deliberar se existe algum projecto ou alguma actividade previstos para aquele local, designadamente de carácter turístico (Parapente, etc.) que

considere de maior interesse para o município do que as receitas que o município vai obter provenientes da instalação do parque Eólico.-----

-----Em termos de licenciamento, aquando da apresentação do projecto na autarquia, terão de ser solicitados os pareceres exteriores à autarquia necessários, em função da localização (PNSE, RAN, REN,...), sendo que, no caso de serem favoráveis, o n.º 2 do artigo 44º do PDM prevê a possibilidade, em espaços rurais não incluídos na RAN ou na REN de construções correspondentes a equipamentos e infra-estruturas não desejáveis ou dificilmente integráveis em espaço urbano.-----

-----A instalação de um Parque Eólico, incorpora-se no solo com carácter permanente, é portanto objecto de licenciamento, mas trata-se de uma infra-estrutura de produção de energia, que, fora da RAN, REN e com parecer favorável do PNSE, terá enquadramento, em termos de licenciamento no âmbito do n.º 2 do artigo 44º do PDM.-----

-----Tal deliberação do executivo, não me parece carecer da aprovação da Assembleia Municipal, mas se o executivo, assim o entender, poderá submeter à análise e votação da mesma.-----

-----O interesse municipal requerido pelo consórcio ANEOP – 2 relativo à instalação do Parque Eólico deve ser analisado/aprovado pela Câmara Municipal e poderá ser apreciada e votada pela Assembleia Municipal.”-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** relativamente a este assunto, referiu que é necessário definir como estratégia para o futuro o Turismo, ou então, abdicar dele em prol dos Parques Eólicos. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu ser necessário solicitar um parecer à Federação Portuguesa de Voo Livre, de forma a saber se este investimento condiciona, ou não, o Turismo em Linhares da Beira. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que a sua votação será no sentido da abstenção, pelo facto, de não possuir elementos suficientes para se pronunciar em relação a esta matéria. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que tem de ser analisada a área objecto da intervenção supramencionada, para verificar se há qualquer incompatibilidade com as disposições previstas no PDM, conforme descrito na informação técnica. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem do dia, sendo o mesmo, presente à próxima reunião de Câmara.** -----

-----**ASSUNTO: ABRANDAMENTO DE VELOCIDADE** -----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 348/2010, datada de 12/11/2010, referindo que analisado o assunto exposto pela Junta de Freguesia de Santa Maria, e após deslocação ao local, informam que o mesmo se situa dentro do perímetro urbano de Celorico da Beira, pelo que, por esse facto, os veículos não poderão circular a uma velocidade superior a 50Km/h (artigo 27º do D.L. N.º 44/2005 de 23 de Fevereiro – Código da Estrada), no entanto atendendo à localização da escola e creche de Santa Luzia nesse arruamento (Rua Dr. Armando Reímbau), parece de considerar a possibilidade de redução de velocidade naquela via.-----

-----Nesse sentido e como eventual solução para a questão levantada pela Junta de Freguesia de Santa Maria, foi considerada a possibilidade de colocação de três lombas redutoras de velocidade, acompanhadas da respectiva sinalização (2 sinais A2a + 2 sinais C13). -----

-----A Técnica chama também a atenção que para além de ser uma zona escolar, é igualmente uma área residencial, pelo que, a colocação das respectivas lombas redutoras de velocidade, implicam alguma perturbação sonora durante a noite. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de três lombas redutoras de velocidade, acompanhadas da respectiva sinalização (2 sinais A2a + 2 sinais C13), na Rua Dr. Armando Reímbau, em Celorico da Beira.**-----

-----**ASSUNTO: SUBCONCESSÃO DO DOURO INTERIOR - LOTE 5 -----
IP2 - TRANCOSO/CELORICO DA BEIRA (IP5) - OBRA DE
ESTRADA BENEFICIAÇÃO DA EN 102**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 353/2010, datada de 16/11/2010, referindo que analisado o plano de sinalização temporário N.º 5, enviado pela Diace e que a empresa de Construções Amândio Carvalho S.A. pretende implementar ao km 133+700 aproximadamente, nos trabalhos de beneficiação da via, informam que o projecto em causa encontra-se de acordo com o D.R. N.º 22-A/98, de 1 de Outubro, e com as alterações introduzidas pelo D.R. N.º 41/2002, de 20 de Agosto e D.R. N.º 13/2003, de 25 de Junho, pelo que, não há qualquer inconveniente na aprovação do mesmo.-----

-----**A Câmara aprovou, por unanimidade, o plano de sinalização temporário n.º 5, enviado pela Diace e que a empresa de Construções Amândio Carvalho S.A. pretende implementar ao Km 133+700 aproximadamente, nos trabalhos de beneficiação da via.**-----

-----**ASSUNTO: XI GP MARCHA ATLÉTICA MEMORIAL CARLOS AMARAL**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 349/2010, datada de 12/11/2010, informando que segundo a comunicação verbal do Gabinete de Desporto da autarquia, o XI GP Marcha Atlética Memorial Carlos Amaral, vai realizar-se no dia 4 de Dezembro de 2010, **das 13h às 17:30h.**

-----Pela planta exposta na informação interna N.º 3851, datada de 11/11/2010, a Marcha Atlética implicará o encerramento parcial da Avenida da Corredoura e não da Rua da Corredoura, como por lapso foi referido. ----

-----No que respeita ao corte do arruamento entre a Rotunda do Turismo e o entroncamento da Avenida da Corredoura com a Rua Calouste Gulbenkian (antiga Rua do Hotel), não há qualquer inconveniente do pedido.-----

-----Caso o pedido seja aprovado tendo por base o N.º 1, do artigo 8º, do D.L. N.º 2/98 de 3 de Janeiro, devem os respectivos serviços administrativos desta autarquia informar desse facto à GNR, Bombeiros Voluntários, bem como, à população em geral através de avisos. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao encerramento parcial da Avenida da Corredoura, entre a Rotunda do Turismo e o entroncamento da Avenida da Corredoura com a Rua Calouste Gulbenkian (antiga Rua do Hotel), no dia 4 de Dezembro de 2010, das 13h às 17:30h, para o XI GP Marcha Atlética Memorial Carlos Amaral.**-----

-----**Mais deliberou que os serviços administrativos desta autarquia informem desse facto à GNR, Bombeiros Voluntários, bem como, à população em geral através de avisos.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINAIS**-----

-----**Requerente: Junta de Freguesia de Fornotelheiro**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 350/2010, datada de 17/11/2010, referindo que analisado o assunto exposto pela Junta de Freguesia de Fornotelheiro, onde solicita a esta autarquia a colocação de sinalização de animais junto a determinadas Quintas, nomeadamente, Quinta do Pereiro (Estrada Municipal Quintas do Salgueiro – Fuínhas), Quinta do Pomar (Estrada Municipal Quintas do Salgueiro – Espinheiro),

Quinta da Moita (Estrada para o Baraçal), e variante Fornotelheiro-Quintas do Salgueiro, informam que após deslocação ao local, verifica-se a necessidade de serem aprovados e colocados oito sinais A19a (perigo de animais).-----

-----Constatando que nas proximidades dessas quintas, existem mais locais onde se verifica a travessia da via por animais, deverá juntar-se a cada sinal, um painel adicional modelo 2 (painel indicador da extensão de um troço a que se aplica a mensagem do sinal), com a respectiva distância (1000m, 3000m, 3000m, 240m).-----

-----Segundo o N.º 1 do artigo 8º do D.L. N.º 2/98 de 3 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal (executivo), deliberar sobre sinalização nas vias sob a sua jurisdição.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de 8 sinais A19a (perigo de animais), para as seguintes Quintas: Quinta do Pereiro (Estrada Municipal Quintas do Salgueiro – Fuínhas); Quinta do Pomar (Estrada Municipal Quintas do Salgueiro – Espinheiro); Quinta da Moita (Estrada para o Baraçal) e Variante Fornotelheiro – Quintas do Salgueiro, devendo juntar-se a cada sinal, um painel adicional modelo 2 (painel indicador da extensão de um troço a que se aplica a mensagem do sinal), com a respectiva distância (1000m, 3000m, 3000m e 240m).**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE DOIS SINAIS DE PERIGO DE TRAVESSIA DE ANIMAIS (A19a)**-----

-----**Requerente: Teresa dos Santos Fernandes**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 356/2010, datada de 18/11/2010, referindo que tendo esta autarquia recepcionado um ofício da Senhora Teresa dos Santos Fernandes, solicitando a colocação de dois sinais de animais, junto à Quinta da Valagota, em Porteira, informam que

após deslocação ao local verificou-se a necessidade de colocar dois sinais A19a (perigo de animais). -----

-----Segundo o N.º 1 do artigo 8º do D.L. N.º 2/98 de 3 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal (executivo), deliberar sobre sinalização nas vias públicas sob a sua jurisdição.-----

-----Assim, pelo atrás exposto e caso seja aprovada a sua colocação, os sinais referidos deverão ser devidamente registados e cadastrados. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de dois sinais de perigo de travessia de animais (A19a), junto à Quinta da Valagota, em Porteira, devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados.**-----

-----**ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Junta de Freguesia de Casas do Soeiro**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 354/2010, datada de 17/11/2010, referindo que após análise do assunto colocado pela Junta de Freguesia de Casas de Soeiro, informam que após deslocação ao local se constata a necessidade de colocação de um sinal C7 (trânsito proibido a veículos ou conjunto de veículos de comprimento superior a 8 metros), acompanhado do sinal C3o (trânsito proibido a veículos com reboque de dois ou mais eixos, cujo reboque tenha um peso total superior a 5 toneladas), ambos com um diâmetro de 70cm, este último em substituição do sinal C3o existente no local com um diâmetro de 60cm.-----

-----Depois da colocação acima referida, caso a mesma seja aprovada, e vindo-se a constatar que os veículos pesados continuam sem respeitar a sinalização atrás indicada, deverá ser novamente analisado o assunto. -----

-----De forma a fortalecer a sinalização de proibição de circulação de pesados no referido arruamento, deverá ser efectuada nova pintura horizontal pelos serviços externos da autarquia uma vez que a existente já não se encontra legível.-----

-----Segundo o N.º 1 do artigo 8º do D.L. N.º 2/98 de 3 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal (executivo), deliberar sobre sinalização nas vias sob a sua jurisdição.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de um sinal C7 (trânsito proibido a veículos ou conjunto de veículos de comprimento superior a 8 metros), acompanhado do sinal C3o (trânsito proibido a veículos com reboque de dois ou mais eixos, cujo reboque tenha um peso total ou superior a 5 toneladas), ambos com um diâmetro de 70cm.**-----

-----**Mais foi deliberado que deverá ser efectuada nova pintura horizontal pelos serviços externos da autarquia, uma vez que a existente já não se encontra legível.**-----

-----**II - GABINETE DE APOIO AO EXECUTIVO**-----

-----**ASSUNTO: NOMEAÇÃO DE UM CONSELHEIRO LOCAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO**-----

-----Pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, foi dado conhecimento do despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 17/11/2010, no qual nomeou como interlocutores deste Município o Senhor José Alexandre Cardoso do Nascimento e a Senhora Prazeres Lopes Alves Portugal, nos termos do n.º 1, do art.º 4.º do Quadro de referência do Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**III - SECÇÃO DE ÁGUAS E SANEAMENTO**-----

-----**ASSUNTO: FUNCIONAMENTO DA SECÇÃO DE ÁGUAS E SANEAMENTO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Águas e Saneamento, datada de 10/11/2010, com o seguinte teor:-----

-----“**Em estrito cumprimento do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Concelho de Celorico da Beira** e, com o intuito de **melhorarmos o funcionamento** e a sustentabilidade da Secção de Águas e Saneamento, somos a propor as seguintes medidas que consideramos apropriadas, as quais já mereceram a aprovação e/ou alteração do Senhor Vice-Presidente:-----

-----1) **Celebração de contrato de abastecimento de água com as Juntas de Freguesia e Associações Locais** que usufruam deste serviço, com isenção de taxa (80€), até 31 de Março de 2011; -----

-----2) **Actualização das titularidades dos contratos**, com isenção de taxa (15€), até 31 de Março de 2011; -----

-----3) **Alteração da localização dos contadores de água do interior para o exterior das habitações**, com isenção de taxa (cerca de 20€), até 30 de Abril de 2011. No entanto, o titular do contrato não fica desobrigado de suportar o custo das obras inerentes a essa mudança, nomeadamente, a abertura de nicho e as ligações da tubagem interior. -----

-----Mais propomos que, como forma de desagravamento financeiro e incentivo aos consumidores para acatarem as medidas apresentadas, a autarquia **disponibilize graciosamente a porta do nicho (15€).** -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Secção de Águas e Saneamento, relativamente às medidas supramencionadas.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DE TAXA DE EXECUÇÃO DE RAMAL DE ÁGUA E SANEAMENTO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Águas e Saneamento, datada de 15/11/2010, referindo que a Associação Lageosense de Solidariedade Social, apresentou um pedido de isenção de taxa para uma ligação de

ramal de águas residuais domésticas, ao abrigo do n.º 2, do artigo 5º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira. -----

-----Neste termos, e atendendo a que a Associação Lageosense é uma IPSS (Uma Associação de Solidariedade Social sem fins lucrativos) e que o requerimento está instruído de acordo com o preceituado no n.º 3 do citado artigo, propõem o deferimento da pretensão da Associação. -----

-----No que respeita à ligação do ramal de águas residuais domésticas, a Técnica informa que os trabalhos já foram executados, por forma a minorar os transtornos que as mudanças e as obras sempre provocam nos idosos, tendo os mesmos importado no valor de 1 080,00€. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de taxa de ligação de ramal de águas residuais domésticas, ao abrigo do n.º 2, do artigo 5º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, a Associação Lageosense de Solidariedade Social. -**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**IV - GABINETE JURÍDICO** -----

-----**ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO "TAPADA DA CRUZ"**
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/94 - HIPOTECA DE LOTE-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 16/11/2010, referindo que foi requerido por Arménio Cabral Ferreira Ribas e por Constro Celoricense Lda., o cancelamento da hipoteca incidente sobre o lote n.º 9, sito em Tapada da Cruz, freguesia de São Pedro, inscrito na matriz sob o artigo 1473 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira com a inscrição 592. -----

-----O supra referido lote, foi hipotecado a favor da Câmara Municipal como caução para garantir a boa e regular execução das obras de urbanização do loteamento.-----

-----A recepção provisória ocorreu em 1997/10/17;-----

-----Não foi efectuada a recepção definitiva apesar de solicitada, -----

-----O prazo de garantia expirou. -----

-----Rege o artigo 87º, n.º 3, do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro que:
“À recepção provisória e definitiva, bem como, às respectivas vistorias, é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime aplicável à recepção provisória e definitiva das empreitadas de obras públicas.” -----

-----É da competência da Câmara Municipal deliberar sobre a recepção provisória e definitiva das obras de urbanização após a sua conclusão e o decurso do prazo de garantia, respectivamente, mediante requerimento do interessado (art.º 87º, n.º 1, do mesmo diploma). -----

-----A falta de recepção definitiva é imputável à Câmara Municipal que não a realizou, e esgotou-se o prazo de garantia, o que confere ao empreiteiro o direito de ver restituídas as quantias retidas como garantia, bem como, quaisquer outras que haja prestado (art.º 229º, D.L. n.º 59/99, de 2 de Março).-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem do dia, sendo o mesmo, presente à próxima reunião de Câmara.**-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11:45h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, José Alexandre Cardoso do Nascimento, que a secretariei. -----